

“Adolescentes LGBT” e o confronto de moralidades em relação ao gênero e a sexualidade nas políticas públicas brasileiras: negociações para a construção da possibilidade de ser e estar¹

Vanessa Leite

Instituto de Medicina Social UERJ

Introdução

Os “adolescentes LGBT”², enquanto categoria social, emergem no cenário político brasileiro nessa última década, tornando-se foco de muitas disputas, sejam políticas, discursivas ou ideológicas, sendo, ao mesmo tempo, preocupação de diferentes políticas de governo, perturbando qualquer possível tranquilidade dos profissionais que atuam junto a crianças, adolescentes e jovens. Com sua presença desafiadora e perturbadora nas instituições a que estão ligados/as, esses pretensos “adolescentes LGBT” tem forçado os profissionais e as instituições a se repensarem, têm impellido à construção de novas institucionalidades que deem conta de suas necessidades, exigências e problemáticas. E é aí que esse trabalho pretende focar. Não fui ao encontro desses meninos e meninas para refletir sobre suas trajetórias, redes sociais, amores e desencontros. Esse trabalho se propõe a refletir sobre os discursos acionados em relação à possibilidade de ser/estar adolescente e ser/estar lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual³, sobre que ações e reações essas existências provocam.

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Tendo consciência da “ficção” que representam os marcadores etários, optei por estabelecer que pesquisa “adolescentes LGBT”, por julgar que a utilização dessa categoria rende mais, em termos reflexivos, para a análise dos discursos e das diferentes concepções que envolvem essa categoria social. Foco, portanto, nas ações e reações em relação aos “menores de idade”, jovens que ainda não completaram 18 anos. Optei assumir o termo “adolescentes” e não “jovens” para demarcar mais claramente as intenções desse trabalho, que é de focar na categoria social que historicamente foi construída como os “menores” e desenvolver a reflexão a partir de um contexto no qual crianças e adolescentes passaram, no plano formal, de um estado de completa subordinação e tutela da família e do Estado para a condição de sujeitos de direitos. Demarco, assim, a intenção de direcionar a pesquisa tendo como referência um marco etário, não por acreditar que “naturalmente” os sujeitos têm comportamentos definidos pela idade, a partir de uma perspectiva essencialista e biologicista, mas por buscar entender como se lida com esses sujeitos “menores de idade”, quando sua sexualidade e expressões de gênero estão em jogo.

³ A discussão em torno do “ser” ou “estar” homossexual esteve presente desde o início da organização do movimento homossexual brasileiro, bem como habita os primeiros estudos de referência no país sobre homossexualidade. Se a afirmação de uma identidade “homossexual” teria uma importância para os sujeitos e também para o ativismo, Carrara e Simões (2007) afirmam que desde os primórdios do movimento homossexual havia “uma grande inquietação quanto à possibilidade de essencialização (ou ‘reificação’, para usar uma expressão mais comum à época) da oposição hetero/homossexualidade e da consequente instituição de novas formas de rotulação, estigmatização e marginalização” (pág. 73). Também em relação à produção acadêmica, fazendo referência aos estudos de Fry (1977,1982) e MacRae (1990), os autores afirmam que os mesmos deveriam ser lidos em um contexto de “valorização da ambiguidade, de crítica ao essencialismo e de profunda suspeita quanto ao impacto social dos sistemas dualistas de classificação (ou daquilo que atualmente é chamado

Como diferentes atores ligados à implementação de políticas públicas lidam com esse/a jovem e que discursos são acionados. Trabalho com a perspectiva que de essa nova categoria social é criada a partir do entrecruzamento de vários atores e múltiplas concepções e moralidades em relação à sexualidade e ao gênero, articuladas a questões ligadas à forma como os jovens são vistos e tratados pelo mundo adulto. Eles se constroem enquanto categoria social a partir de suas vivências e experiências e, ao mesmo tempo, “são construídos”, tornam-se uma possibilidade no mundo social, nas políticas públicas, logo, para o Estado⁴.

A pesquisa que deu origem a esse artigo⁵ foi construída a partir da identificação e “embrenhamento” em diferentes fios que se cruzam e entrecruzam no cenário brasileiro contemporâneo, na constituição dessa trama de atores, discursos e jogos de poder na configuração dessa nova categoria social, os “adolescentes LGBT” para as políticas públicas brasileiras. Em pesquisa anteriormente empreendida (Leite, 2013) discuti a emergência no cenário político dos direitos humanos de *novos direitos* e de *novos sujeitos de direitos*, a partir do processo denominado por Bobbio (1992) de especificação dos direitos humanos⁶. Uma universalidade (ou indistinção, ou não-discriminação) na atribuição e no eventual gozo dos direitos de liberdade não valeria para os direitos sociais, e nem mesmo para os direitos

de ‘binarismo’). Essa discussão se atualiza a partir da “entrada” no campo das vertentes pós-estruturalistas e pelos estudos *queer*, que enfatizam a instabilidade/fluidez das identidades sexuais. Outras matizes dessa discussão são desenvolvidas por Fry & MacRae (1983); Guimarães (2004); Costa (1992); Perlongher (1987); Heilborn (1996, 2004).

⁴ Trabalho com a abordagem proposta por Souza Lima (2002) que postula que “o Estado” não seja entendido como algo dado e definido, mas se propõe a “recuperar a dimensão de representação no sentido performático e figurativo da administração pública”. Nesse sentido, sigo o autor ao julgar importante focar em análises dos processos de criação e recriação de funcionamento do estado-governo, o que denomina de “processos de formação de Estado”. Nessa perspectiva, a noção de *administração*, articulada a práticas de governo, assume grande relevância. Assim, ela incorporaria não apenas a administração (‘pública’) governamental direta (municipal, estadual e federal), mas consideraria “como parte desse domínio a própria forma social acreditada como ordenando uma coletividade, na qual se combinam crença e materialidade, por exemplo, na divisão dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)”. Além disso, estariam também incluídos nessa concepção abrangente de administração, o jogo político partidário e a esfera do Direito, as ONGs que exercem ‘funções de Estado’ e redes articuladas de agências de cooperação técnica internacional governamental e não-governamental.

⁵ Pesquisa de doutorado desenvolvida no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro intitulada “Impróprio para menores?” Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas (Leite, 2014)

⁶ Segundo Bobbio “manifestou-se nestes últimos anos uma nova linha de tendência, que se pode chamar de especificação; ela consiste na passagem gradual, porém cada vez mais acentuada, para uma ulterior determinação dos sujeitos titulares de direitos. Ocorreu, com relação aos sujeitos, o que desde o início ocorrera com relação à ideia abstrata de liberdade, que se foi progressivamente determinando em liberdades singulares e concretas (de consciência, de opinião, de imprensa, de reunião, de associação), numa progressão ininterrupta que prossegue até hoje (...) Assim, com relação ao abstrato sujeito ‘homem’, que já encontrara uma primeira especificação no ‘cidadão’ (no sentido de que podiam ser atribuídos ao cidadão novos direitos com relação ao homem em geral), fez-se valer a exigência de responder com nova especificação à seguinte questão: que homem, que cidadão? (...) esta especificação ocorreu com relação seja ao gênero, seja às várias fases da vida, seja à diferença entre estado normal e estados excepcionais na existência humana” (1992:62)

políticos, diante dos quais os indivíduos são iguais só genericamente, mas não especificamente.

Nessa construção de novos sujeitos de direitos surgem tanto as “crianças e adolescentes” ou os “jovens” como a “população LGBT”. Uma das questões sobre as quais o trabalho se debruça é o entrecruzamento que configura o processo de criação dos “adolescentes LGBT”, como uma nova categoria social no cenário brasileiro. O processo de construção desse “adolescente LGBT” está articulado ao processo mais amplo de constituição dessa nova categoria denominada “população LGBT”, como sujeitos de direitos especiais (ou ao menos, sujeitos de garantias jurídicas de acesso a direitos dos quais estiveram antes excluídos) para o conjunto de atores que configuram o Estado brasileiro – na sua multiplicidade e contradições. Como propõe Aguião (2014),

a sigla *LGBT* (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) recobriria uma espécie de “coletividade imaginada”, parafraseando Benedict Anderson (2008 [1983]), produto e produtora de diversos feixes de relações sociais que perpassam políticas de governo, movimentos sociais, a produção acadêmico-científica sobre o tema e os seus idiomas específicos como, por exemplo, o dos direitos humanos. (pág.01)

Essa constituição se processa a partir da elaboração de políticas voltadas a essa população, políticas públicas⁷ que são constituídas e constituem interesse nesse intrincado jogo de relações, parcerias e antagonismos, onde se forjam tanto essas políticas, como a própria população enquanto ideia.

A construção dessa nova categoria social se dá a partir do entrecruzamento de vários atores e múltiplas concepções e moralidades em relação à sexualidade e ao gênero, articuladas a questões ligadas a forma como os jovens são vistos e tratados pelo mundo adulto. Tendo como um dos campos empíricos os Centros de Cidadania LGBT do Estado do Rio de Janeiro (CCLGBT), serviços governamentais previstos no Programa Rio sem Homofobia⁸, a pesquisa

⁷ Tais políticas em seu conjunto adequam-se mais claramente às chamadas políticas de reconhecimento, conforme proposto por Fraser (2002). Segundo a autora, as reivindicações por justiça social se estruturam no cenário contemporâneo de duas formas. De um lado, as reivindicações redistributivas, que buscam uma distribuição mais justa de recursos e riquezas, tendo como referência uma busca por igualdade. De outro, se constituem cada vez com mais força as reivindicações focada no que a autora chama de “políticas de reconhecimento”. Segundo ela, “a meta é um mundo que acolha amistosamente as diferenças, um mundo onde a assimilação nas normas majoritárias ou dominantes não seja mais o preço que se tenha de pagar por igual respeito” (pág.7). E entre estas estaria o reconhecimento das minorias étnicas, sexuais e das diferenças de gênero.

⁸ O Programa Rio sem Homofobia é coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR) da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Segundo documento da SEASDH/SUPERDIR, o Centro de Referência da Cidadania LGBT (CCLGBT) é um serviço de acolhimento, atendimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento de pessoas vítimas ou não de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas áreas social, psicológica e jurídica,

reflete sobre o conjunto de discursos e atores institucionais que interpelam e são acionados pelos Centros, a partir das demandas trazidas e/ou relacionadas aos adolescentes.

Os casos de adolescentes que chegam aos Centros de Cidadania – venturas e desventuras na relação com as instituições e os impasses dos profissionais

Recolhi ao longo do trabalho de campo histórias que falam de um “hiato entre possibilidades e impossibilidades, entre direitos e não direitos”, como me afirmou um dos técnicos do CC⁹, ao falar sobre o trabalho com adolescentes. Segundo dizia,

quando eu penso em adolescente LGBT eu penso muito na palavra, impossibilidade. Impossibilidade de ser, impossibilidade de estar, impossibilidade de vivenciar a sua orientação sexual, sua identidade de gênero. E aí a gente entra na falácia de que ao completar os dezoito anos a gente vai poder essa porra. Mentira porque isso não ocorre.

Pelo que relataram os técnicos, os jovens, em sua grande maioria, já chegam ao Centro completamente auto-identificados em relação à orientação sexual e gênero. Em geral, isso não seria um problema para eles. O problema seria a não aceitação externa, na família especialmente, na escola ou em outras instituições. Um adolescente de 13 anos que acessou o Centro em função de conflitos familiares se apresentou como “gay” e afirmou ter um namorado de 19 anos. Uma outra adolescente de 14 anos, surdo-muda, que queria apoio do Centro para que a escola respeitasse sua identidade feminina, teria afirmado por escrito para os técnicos que era travesti. Em um atendimento de toda a família (pai, mãe e filho), do caso de um jovem de 19 anos cujo pai foi ao Centro por não conseguir aceitar a homossexualidade do filho, a mãe afirma saber que o filho “é gay” desde os 13 anos e esse jovem assim se afirma para o pai.

Os técnicos do CC Capital, em geral, identificavam uma diferença geracional em relação à auto-identificação, concordando que os mais jovens tenderiam a chegar ao Centro assumindo alguma identidade, uma vez que atualmente, o “assumir-se” seria mais fácil. Como um técnico afirmou, os adolescentes “vão pra internet, televisão, não sei quê, e Parada (...)

garantindo acesso a direitos, serviços e políticas públicas. Realizei trabalho de campo nos quatro CCLGBT em funcionamento à época da realização da pesquisa: Rio de Janeiro (Capital), Caxias, Niterói e Friburgo.

⁹ Optei no trabalho por me referir a todos que atuam nos Centros de Cidadania que foram meus interlocutores – assistentes sociais, psicólogos, advogados – como “técnicos”, categoria êmica, bastante incorporada ao jargão de programas e projetos governamentais e não governamentais. Não fiz uma caracterização de cada um e optei, inclusive, não determinar o gênero deles, referindo-me sempre ao “técnico”.

então de alguma maneira os espaços para se experimentar aumentaram. Talvez as pessoas estejam entendendo que a experiência não seja assim tão ruim, assustadora né”.

Mas afinal, o que esses jovens querem quando procuram os Centros, o que eles buscam? Alguns chegam com uma demanda específica. Mas, em vários casos, “eles querem tudo”, como afirmou um técnico, ao se referir ao caso de um jovem de 16 anos que, para permanecer morando na casa da família, precisava pagar um aluguel à mãe. Ele afirmou que

ele queria qualquer coisa. Queria tudo na realidade. Você perguntou isso antes e eu fiquei pensando no que a gente pode oferecer. Porque essa galera quando chega aqui, sobretudo quando a gente tá falando de relação com familiares eles querem uma intervenção no sentido de possibilitar talvez uma vivência mais harmônica? Talvez sim né. Um lugar pra ficar? Talvez sim. Uma possibilidade de ser adolescente? Talvez sim. É por isso que eu pensei na impossibilidade de ser.

Esses jovens procuram nos Centros escuta, a resolução de um conflito, o respeito a algo que eles identificam como um direito, um espaço de fortalecimento. Como no caso do jovem que procurou o Centro porque estava sofrendo discriminação de um colega no curso técnico, que o incomodava por ser gay. O Centro procurou a coordenadora do curso, que se colocou aberta a um diálogo institucional. Contudo, o rapaz telefonou e disse que após ter ido ao Centro, sentiu-se em condição de conversar com o colega, que já tinha se desculpado. Ouvi várias vezes dos técnicos que os jovens procuram um lugar para serem escutados e compartilharem o que vivem. Um técnico do CC de Friburgo, ao falar da presença constante de muitos jovens lá, afirmava que

o adulto LGBT ele vem aqui com um problema. É diferente, **a diferença pro jovem LGBT é que, na verdade, a vida dele É um problema**, ele não tem um problema específico pra te dizer, ele não vai vir aqui falar: “Quero mudar de nome” ou, sabe? “Quero casar”, não é... a vida dele é um problema e ele não tem um espaço na cidade onde possa sentar e bater um papo, sabe? As pessoas tão apontando, tão menosprezando. Eles dentro de casa, eles também não tem esse acolhimento, então isso aqui virou a casa deles, né?

Mas, se à primeira vista pode parecer que toda a lógica do atendimento estaria ligada a uma certa vitimização desses jovens, pelo que relataram os técnicos, apesar dos dramas vividos, muitos deles chegam ao Centro conscientes e cientes de si, de seus desejos e de seus direitos. Como afirmou um técnico: “eles já chegam aqui muito apropriados. Essa juventude não está usando a internet só para namorar, mas também para se informar. Mesmo os que estão isolados na família, buscam informações e trocas na internet”¹⁰. Um caso exemplar para

¹⁰ Correa, Sivori e Zilli (2012), ao discutir relações entre aspectos da sexualidade e a internet reafirmam essa perspectiva ao afirmar que, no Brasil, as redes sociais (*Orkut, Twitter e Facebook*) tornaram-se um meio

mim, na sua simplicidade e força, é a história da jovem de 14 anos surdo-muda, que acessou o Centro sozinha. Segundo relataram, ela passou na Central do Brasil, viu a faixa no prédio e conseguiu chegar lá. Como não falava, o diálogo com os técnicos foi difícil em um primeiro momento, mas ela com gestos, e depois escrevendo, conseguiu expressar o que desejava. Ela era estudante de uma escola federal voltada a surdos e aconteceria a festa junina na escola. Ela, nascida ele, queria se vestir de menina na festa e dançar com um menino. Mas a escola a colocava para dançar com uma menina. O dado interessante desse relato é que mesmo os técnicos do Centro a viram em um primeiro momento como um menino, visto que ela não se travestia:

então, essa é muito interessante porque assim ... a primeira vez que eu a vi, ela me pareceu um menino (risos). Ela me pareceu menino e eu não conseguia entender quando ela fazia [com gestos] maria chiquinha, o chapéu, o vestido e tal. E aí nós começamos a perceber que se tratava de alguém com uma identidade feminina e queria exercer esse direito. Essa cidadania de poder naquele momento de festa, todo mundo vai pôr a roupa que deseja. As meninas vão estar caracterizadas e os meninos também.

Essa jovem, segundo relataram, esperava que “entrássemos em contato com a direção, com a coordenação da escola, pra dizer que ela tinha aquele direito, que ela se via como uma menina. E ela fazia assim [com gestos], que ela queria o cabelo de maria chiquinha”. Ressaltaram que ela se mostrava bastante segura do seu “direito”, “era uma coisa bem consciente mesmo”. Um técnico do Centro procurou a assistente social da escola que, para surpresa dele, foi receptiva à questão e se comprometeu a conversar com a equipe pedagógica da escola. Ao fazer novo contato, o técnico do Centro ouviu da mesma que “Não, olha! Eu encontrei alguma resistência, mas a equipe pedagógica entendeu que realmente é importante pra ela se identificar enquanto feminino”. A jovem pôde ser uma “menina” na festa e depois voltou ao Centro para agradecer, “trouxe até a foto, com o cabelo, o chapéu. E veio nos agradecer e dizer que ela estava muito feliz, muito feliz!”. Eles ressaltaram que após essa situação, a escola incorporou a utilização do nome social da jovem.

Os técnicos do Centro também relataram histórias em que a situação é inversa, em que os adolescentes seriam os “algozes”, são eles que discriminam. Além dos inúmeros casos de colegas de escola e irmãos que não suportam lidar com jovens que, acabaram acessando os

privilegiado de comunicação para o público LGBT, particularmente entre os jovens, que fazem múltiplas apropriações desses espaços, criando novas formas de interação, sociabilidade e organização.

Centros, ouvi o relato da história de um professor que passou a ser ofendido e violentado pelos adolescentes da escola em que trabalha. Os técnicos relataram que

esse homem chega aqui destruído, transtornado e já pensando até em pedir uma licença porque todos, veja bem, todos os adolescentes da escola resolveram ser homofóbicos com ele (...) E aí todo dia que ele entra na sala está no quadro “professor (nome) viado”, “professor (nome) vá tomar no cu”, “professor (nome) é gay”. Os adolescentes. E ele já tentou conversar com a direção pedagógica e eles simplesmente dizem que vão conversar com os alunos e nada é feito. A ponto de inclusive ele quase ser agredido na rua (...) quando ele passa na rua os adolescentes escondidos ficam “professor viado!”, “professor gay!”, “professor dá o cu!”, “vem chupar meu pau!”

Como nessa situação, que fala do outro lado da história, de jovens que assumem uma postura muito preconceituosa em relação às identidades sexuais ou de gênero, ou daquelas em que, apesar das adversidades, eles chegam aos Centros “cheios de si”, cientes de seus direitos, nada nessa discussão é linear. O percurso é feito de incongruências e contradições, reflete inúmeros conflitos de posições e de concepções, como se mostrou todo o percurso do trabalho.

Os técnicos dos CC relataram muitos casos de adolescentes que enfrentavam dificuldades nas relações familiares. Parece ser esse o primeiro espaço onde os adolescentes LGBT encontram adversidades. Em Seminário sobre adolescentes promovido pelo CC Capital¹¹, um dos jovens, que compôs uma mesa em que se debateria um filme, deu um depoimento sobre sua história, afirmando que “eu não podia contar pra ninguém. Eu passo a ser um clandestino (...) que família é essa que o povo defende. Uma família que não fala, que não forma”. Famílias essas que expulsam seus adolescentes de casa, quando eles decidem falar de suas preferências sexuais ou de suas incongruências com o gênero que lhe assignaram ao nascer. Os relatos referem-se a inúmeros casos de adolescentes com sérias dificuldades de permanecer em casa, especialmente travestis e transexuais.

Um dos técnicos ao relatar o caso de Brigitte¹², adolescente de 16 anos que inicia um percurso de mudança corporal, relata que ela, “foi um dos poucos casos que a pessoa, a adolescente transexual não foi posta pra fora de casa”. Mas em uma das inúmeras brigas com a mãe, em que ela reclamava “você não me aceita”, teve que ouvir, “você é um monstro, eu pari um menino e não uma menina”. Os relatos dos técnicos dos CC mostraram que, de

¹¹ Seminário “Diversidade Sexual e Identidade de Gênero: refletindo sobre as práticas voltadas ao adolescer”, realizado em novembro de 2012 na UERJ.

¹² Todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

diferentes formas, esses jovens enfrentam processos de negociação com as famílias para viverem sua sexualidade e expressão de gênero. Um deles afirmou que

quando a gente fala de impossibilidade a gente vai recorrer, ou pelo menos os adolescentes vão recorrer, a uma certa possibilidade através de negociações. Negociações essas que são pautadas, sobretudo no financeiro. Eles pagam aluguel dentro de casa, para terem outras coisas, deles chegarem mais cedo, não poder sair tanto quanto a irmã porque é viado, pra qualquer lugar, e aí seja por qual motivo que a mãe ou o pai entende dessa impossibilidade.

Vários técnicos afirmaram que assumir compromissos financeiros na família torna-se possibilidade de permanência com a mesma ou, de certa forma, moeda de troca pela aceitação da família. É o caso de Roberto, 16 anos que acessa o CC em um momento que está para perder o emprego e não sabe como se manterá em casa. Roberto tinha que pagar à mãe o aluguel de um quarto nos fundos da casa da família onde tinha que morar. O técnico relata

E aí quando ele não tinha mais a possibilidade ... Ele táva pra perder o emprego. Ele não tinha mais como bancar isso ele então não podia mais continuar dentro de casa. Então ele fazia toda a movimentação pra encontrar um lugar pelo menos no amor, no desejo dessa mãe e a coisa não acontecia. Não acontecia ... tipo, ele pedia pra ela bater a roupa dele na máquina, comprando inclusive sabão e teve uma época que ‘Não! Eu não vou colocar a roupa de você que é viado na minha máquina’. Nesse nível assim.

Ou ainda o caso de Michel, também com 16 anos, que acessou o Centro sozinho, como me relatou o técnico: “um dia chegou aqui um adolescente de dezesseis anos extremamente amadurecido, muito inteligente (...) e que, na verdade, era muito mais responsável pela família dele do que a família por ele”. Quando pergunto o que Michel buscava no Centro, afirmam que ele buscava alguém para conversar, pois “ele não tinha uma demanda X, ‘Ai, eu quero que vocês me tirem da minha família ...’. Não. Ele compreendia determinadas coisas. Ele sabia que não devia ou não era pra ser assim, mas elas eram assim”. Como relataram os técnicos, Michel enfrentava muitas dificuldades com a família, inclusive apanhava do irmão, com anuência da mãe. Contudo, era ele que sustentava a família. Contaram-me que ele “ganhava setecentos, oitocentos reais e boa parte do dinheiro ficava na manutenção da família e ao mesmo tempo era cerceado disso e daquilo”.

O caso de Michel também nos mostra que, mesmo tendo que assumir responsabilidades financeiras cedo, a margem de negociação do adolescente, pelo próprio estágio de vida em que se encontra, é limitado. O jovem, como relataram, não se conformava com a situação, mas também não vislumbrava “rebelar-se”, abandonar a família. Um dos técnicos falou:

ele poderia tocar o foda-se. Dizer “foda-se essa minha família! Vou largar essa gente e vou embora. Vou viver com meu namorado. Vou viver ...” . Mas ele também, talvez justamente

por ser adolescente, ele tinha necessidade dessa família. Não era alguma coisa que pra ele obviamente fosse fácil de romper e dizer “Tchau. Estou indo embora! Vocês fiquem aí. Eu tenho a grana”. Então essas muitas circunstâncias ... porque era isso. Como não havia, ele não pontuava uma demanda totalmente concreta. Por outro lado, a gente tinha um raio de intervenção bastante curto nessa situação.

A fala dos técnicos reforçava uma compreensão de que o fato de ser adolescente o colocava em maior vulnerabilidade, ao afirmar que “embora ele estivesse a um passo de uma série de potencialidades, ao mesmo tempo, e talvez até pela idade, era como se um passo em falso e as coisas poderiam ficar muito ruins”. Bem como, aos olhos do técnico, ser adolescente dificultaria processos de rompimento com uma realidade de desrespeito na família, ao afirmar que

quando se está né, sozinho no mundo, isso é muito difícil quando você é adulto. Imagina quando você é adolescente e se sente sozinho. Porque essa era uma fala dele constante. Ele sentia que a mãe não gostava dele. Ele sentia que o irmão não gostava, que o pai não ligava.

Porém, a despeito dessas dificuldades, o jovem permanecia junto à família e tentava manter os laços a partir de trocas financeiras. Daí sua angústia ao procurar o CC, no momento em que soube que ia perder sua fonte de renda. Duque (2011) em pesquisa junto a travestis adolescentes em Campinas parece ter encontrado realidade semelhante. A permanência em casa e certa aceitação da feminilidade dessas adolescentes, por parte da família, estavam ligadas, entre outros fatores, a contribuições financeiras que o trabalho, nesse caso, a prostituição, lhes possibilitava. O autor afirma que

Rafaela, via prostituição, contribui financeiramente com as despesas da casa, o que a valoriza bastante diante da mãe. O mesmo aconteceu com Vivian, que “por ajudar em casa”, a sua família tolerou a sua feminilidade até pouco antes do início da montagem. As famílias dessas adolescentes nunca questionaram a origem do dinheiro que recebiam delas. Rafaela foi explícita em relação a isso, quando perguntei se sua mãe a aceitava como profissional do sexo: “Ah! Ela não fala nada, porque quem está sustentando a casa sou eu. A pensão dela não dá pra nada, é uma miséria”. (2011, pág.93)

Ao que parece, não só as adolescentes travestis são levadas ao trabalho mais cedo. A experiência dos CC mostra que muitos jovens gays e lésbicas também são chamados mais cedo à vida adulta, assumindo atividades remuneradas como forma de “pagar o pedágio” da aceitação de suas famílias e conquistar alguma independência. Um dos técnicos afirmou que “eu de fato acredito que a responsabilidade sobre o cuidado de um adolescente é de quem é responsável por ele (...) mas, na verdade, durante todo o meu projeto de trabalho aqui o que eu mais lidei foi com adolescentes exatamente numa situação inversa”. Poderíamos afirmar que os direitos sexuais e os direitos à livre expressão de gênero desses adolescentes são

“comprados” de suas famílias. Para manterem-se em casa, vivenciando sua sexualidade ou expressão de gênero, tendo algum lugar de respeitabilidade, muitos desses jovens são impelidos a assumir um lugar de maturidade mais cedo, como afirmou um dos técnicos:

E é claro né, se a gente começa a trabalhar aos quatorze anos a gente amadurece. Um amadurecimento que talvez a gente buscasse encontrar apenas na idade adulta. E aí por isso que eu falo para além das leis, porque o ECA coloca que o Estado, que a família, que a porra toda, devia bancar uma vida de qualidade pra o cara não precisar se preocupar com sua manutenção financeira e chegar na fase adulta com uma outra possibilidade, talvez . E isso não acontece.

Logo, o ideário de adolescência como fase da vida em que se conta com redes de proteção para o seu pleno desenvolvimento cai por terra na vida real desses jovens, segundo visto pelos técnicos dos CC. Com um agravante que, mesmo tendo que assumir responsabilidades financeiras, esses jovens, no que tange à autonomia em outros aspectos da gestão de suas vidas, tendem a ser tratados, aí sim, como adolescentes. Realidade que traria outros conflitos às relações familiares, como aponta um dos técnicos ao questionar: “porque de boa se você tem que trabalhar, se você tem que levar o sustento de casa, aí na hora dos prazeres da vida adulta você não pode ter? Complicado né?”

Essa discussão fez os técnicos apontarem um outro fato interessante da inserção social desses jovens. A conformação às normas de gênero determinam suas possibilidades de inserção profissional. Ou seja, meninos “muito femininos” e meninas “mais masculinas” têm sua capacidade de conseguir trabalho reduzida. Só cabe a eles uma vaga em uma das redes de *fast food*, que, pelas péssimas condições de trabalho, acabam sendo o espaço possível para aqueles que são vistos como inferiores na hierarquia social. Um dos técnicos afirmou que

Bob's ou Mcdonalds é conhecido como locais que ... como é que se diz? Dão emprego pra esse público, até porque não dá, porque ninguém quer ficar. Só vai trabalhar nesses espaços, de Bob's ou de Mcdonalds, adolescente pobre, adolescente negro e adolescente LGBT. O adolescente que tem um pouquinho mais de acesso, ele não fica. É uma exploração. Você ganha muito mal, você é explorado e você é assediado moralmente. Então na verdade é um negócio da China porque é o tipo de lugar, assim como o telemarketing, que emprega as nossas trans hoje, é o tipo de lugar que é o melhor lugar do mundo ... como é que eu diria ... pra você envolver essa população. Porque você diz pra ela de uma outra maneira o seguinte: “Se você não estiver aqui você vai estar aonde? Porque você táva aí na rua batendo cabeça”. E pouco importa o nível de qualificação e tudo mais, porque aí a gente tá enfrentando uma outra coisa que é preconceito e discriminação.

Se a expressão de gênero é um determinante, outros marcadores sociais se articulam a esse e também se mostram fundamentais no acesso a oportunidades de trabalho, visto que “se você consegue ser ‘bofinho’, branco e tem um mínimo xis de instrução você ainda vai conseguir muita coisa, agora pra toda a galera que tiver a marca, o estigma, for afeminado, for

masculinizado, for sei lá mais o que ... são esses os destinos”, afirmou decisivamente um dos técnicos¹³. Esses relatos parecem apontar para o fato de que se constrói na vida desses jovens um certo círculo vicioso que, de certa forma, mantém uma leitura de que a vivência da homossexualidade seria motivo para uma trajetória mal sucedida. Esses jovens, ao ter que negociar com suas famílias através de trocas financeiras, são levados precocemente à vida laboral, a assumir responsabilidades de um cotidiano de trabalho, em geral em precárias condições. Essa ida precoce para o mundo do trabalho, tendo que aceitar qualquer ocupação, os manteria em uma realidade de baixa escolaridade, dados os desafios de articular escolarização com desgastantes jornadas de trabalho. Logo, eles acabam “dando errado”, não conseguindo construir um projeto bem sucedido de futuro, reafirmando o estigma de que a homossexualidade ou transgeneridade leva a esse “fim”. Como o pai engenheiro que chegou ao Centro dizendo que não aceitava a homossexualidade do filho, porque sendo gay ele não teria um bom futuro, não conseguiria ser bem sucedido. Essa não é uma fórmula matemática, mas esse esquema parece se configurar na vida de muitos jovens que acessaram os Centros. Não podemos deixar de ressaltar que esse esquema está articulado a um marcador de classe, pelo menos nos casos que foram relatados mais claramente. Como os Centros recebem pessoas dos mais diferentes extratos sociais, pude ter contato com relatos de experiências de jovens de camada popular, principais usuários dos CC, mas também de pessoas das camadas médias, que ali buscaram atendimento. Apesar dos diferentes contextos familiares, parece-me que também os adolescentes das camadas médias tendem a buscar trabalho mais cedo em função de sua orientação sexual, são chamados a uma independência mais cedo, a assumir um lugar de maturidade e responsabilidades que de certa forma, comprometeriam seu desenvolvimento, trazendo consequências a sua vida adulta.

Se a negociação com a família não passa por dinheiro, passa por outros cerceamentos do jovem ou situações de desigualdade em relação aos irmãos. Como me disse um técnico, “quando não é o dinheiro, e eu sei que as vezes não é a grana, mas é aquela coisa, ‘você sabe que a sua regra é diferente das dos seus irmãos. Você já entendeu’. Porque passa sempre por

¹³ Acho importante ressaltar que me alinho à perspectiva apresentada por Moutinho e Carrara (2011), em reflexão desenvolvida a partir de um amplo projeto, que teve como foco trajetórias juvenis, de que “ as intersecções entre raça, sexualidade, classe e gênero são de fundamental importância no acesso a bens e *status*, ocupação/emprego, na trajetória escolar, nas escolhas afetivo-sexuais” (pág.09) entre outros aspectos. Contudo, não podemos perder de vista que esses marcadores sociais não se sobrepõem mecanicamente, e que as desigualdades se articulam e se combinam de formas diferenciadas, de acordo com os diferentes contextos de inserção dos sujeitos (Moutinho, 2006).

uma desigualdade que tá num outro lugar”. Os técnicos afirmaram que as violências a esses jovens nas famílias são de diferentes ordens, desde as mais diretas, como violência física, ou então a retirada das formas de comunicação do jovem com suas redes, como proibição de uso do computador, celular, ou ainda de sair de casa, até as formas mais sutis, mas que, como afirma um técnico, “não deixa de ser menos agressiva, ficar mandando indireta, piadinha, de irmão, de pai”. Nos casos de violências mais diretas, agressões físicas, por exemplo, os Centros são colocados frente a outros dilemas desses jovens. Como denunciar, criar um processo criminal contra um membro da família, especialmente sendo adolescente. Um técnico relatou

então, tive caso de violência inclusive. De agressão. E aí você informa todas as instancias cabíveis pra denunciar (...) Você pode fazer o registro de ocorrência. Pode também fazer o registro falado da presunção da homofobia etc. Tem essas instancias e aí, “Eu não quero denunciar o meu pai”. Como é que a gente vai trabalhar isso? Vamos tentar ter acesso a esse pai. Vamos tentar ter acesso a essa família.

A dificuldade nos casos de violência doméstica, ligados a conflitos familiares, não difere de outras dinâmicas familiares violentas, onde a pessoa agredida quer que a violência cesse, mas ao mesmo tempo, não está claro se ela quer ir até às últimas consequências de um processo judicial¹⁴. Isso me parece ficar mais forte entre os adolescentes. A tendência, na maioria dos casos, é da pessoa desistir da judicialização, como um técnico afirmou: “porque ela viu, bem, saiu do papel e está virando uma coisa com o número da justiça, e ela [agressor] pode ser punida por isso. Então ela pára”. Os Centros têm investido fortemente na mediação de conflitos. Como no caso de dois jovens, de 20 e 16 anos que chegaram ao Centro afirmando que estavam namorando e dormindo juntos. A mãe do mais jovem chamou a polícia para prender o mais velho. A polícia indicou que ela procurasse o Conselho Tutelar e o Ministério Público. A mãe encontrou os dois de mãos dadas e deu um soco no namorado do filho. Os dois procuraram o Centro e os técnicos relatam seu dilema: fazer uma denúncia à polícia ou não? “Fazer BO ou não?” Debatendo as alternativas com os jovens decidiram que o melhor seria conversar com a mãe. A mãe veio ao Centro com o irmão mais velho do menino e, depois, os técnicos ainda conversaram com uma tia sobre o caso e relataram: “tentamos fazer mediação com os nossos recursos, dizendo ‘ele tem 16 anos, é verdade, ele mora na sua casa, mas ele tem direito de namorar’”.

¹⁴ Diferentes estudos sobre os intrincados processos de violência contra a mulher apontam questões que dialogam com a apresentada nos casos atendidos nos Centros de Cidadania LGBT. Ver Gregori (1993, 1993a); Soares (1996, 1999, 2012); Pazo (2013).

Os casos de adolescente se mostram ainda mais complexos aos técnicos porque esses trâmites envolvem os Conselhos Tutelares, que trazem outros problemas¹⁵. Mas como afirmei antes, nada nesse processo é linear, e encontramos também, na relação das famílias com os jovens, outros posicionamentos. Algumas famílias, com que os técnicos dos Centros tiveram contato, atravessavam uma fase de busca de entendimento da experiência de seus filhos, ou, se já havia um conflito, estavam dispostos a um trabalho de mediação do Centro. Como um técnico afirmou

a gente teve caso aqui de adolescente que a família vem procurar porque não tá sabendo lidar com a sexualidade do filho. Ou não tá sabendo lidar ou já tem até um conflito ali instaurado ou às vezes até uma violência propriamente dita. E aí a família procura ou a família não procura, é encaminhada por algum órgão como o Conselho Tutelar, por exemplo, e aí adere né e aí entende a importância [do trabalho do Centro].

Ouvi ainda relatos sobre familiares que acessaram os Centros em defesa de seus jovens, que haviam sofrido alguma discriminação ou agressão. Como o caso de Pedro, de 16 anos, que cursava o ensino médio e fazia parte da banda marcial da escola. Segundo o relato dos técnicos, ele não enfrentava problemas na escola. O jovem se reunia em frente de casa com colegas da banda para ensaiar, “e pra fazer mesmo um movimento que adolescente gosta de fazer, de reunir-se e tal”. Uma noite, um vizinho policial sai de casa armado, pega o jovem, bate nele e faz uma série de ameaças. Segundo os técnicos, ele teria dito ao menino:

Seu viado filho da puta ou você para de incomodar a mim e a minha família com a porra desse instrumento que você fica tocando ou eu vou dar um tiro no meio da tua cara, porque já que você gosta de dar o cu, então ao invés de dar um tiro no meio da tua cara eu vou dar um tiro no teu cu, porque tu é viado. Tu gosta de tomar no cu.

Os técnicos seguiram o relato afirmando que os outros jovens não sofreram qualquer ameaça do vizinho, que “foi só no viado”. A indignação expressa na fala dos técnicos ao contar o caso me pareceu proporcional à que a família do jovem expressou ao procurar o Centro buscando apoio para defendê-lo. O caso de Pedro é uma “exceção”, mas outras

¹⁵ Os Conselhos Tutelares, a partir da instituição do Estatuto da criança e do Adolescente, tornaram-se o órgão de referência para o atendimento de crianças e adolescentes que tenham algum direito violado ou necessitem de alguma medida de proteção. Assim, cabe aos Conselhos requisitar serviços das diferentes políticas sociais visando a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, muitos dos casos envolvendo adolescentes atendidos nos Centros deveriam contar com a parceria dos Conselhos Tutelares para a definição de encaminhamentos às questões trazidas pelos jovens. Contudo, o que os técnicos relataram, em sua grande maioria, foi a dificuldade de articulação com os Conselhos. Seja pelos próprios limites de atuação desse ente, fruto da pouca estrutura que contam e da precária rede de atendimento a crianças e adolescentes, seja, principalmente, pela dificuldade dos conselheiros em lidar com as expressões de sexualidade e gênero dos adolescentes atendidos nos CC.

famílias buscaram os Centros em defesa de seus filhos em situações de violação de direitos. Esse caso está relacionado a um tipo de demanda aos Centros que é bastante frequente, ligada ao entorno das famílias. Os técnicos relatam o grande número de casos atendidos nos Centros envolvendo problemas com a vizinhança. Muitas famílias enfrentam problemas com vizinhos em função da discriminação por eles movida contra um membro da família.

As famílias trazem aos Centros, além das dificuldades de lidar com seus filhos, muitas outras questões, ligadas às próprias histórias dos pais. Como a interessante história da mãe de Washington, de 16 anos, uma senhora de sessenta anos que procura o CC junto com o filho, “porque ela queria compreender melhor a fase que ele estava passando e ele disse pra ela que era gay e ela enfim ... não sabia”. Os técnicos relatam que o caso deles era “mais uma das nossas exceções que atendemos”. Segundo eles, mãe e filho se relacionavam bem e o problema era com o genro e a filha, donos da casa onde eles moravam, que não aceitavam a homossexualidade do jovem. Ou como disse o técnico, “jovem que não é só um viadinho”, visto que, em suas palavras, o jovem “é muito afeminado. Talvez, quem sabe uma possível travesti”. Que, apesar de não haver claramente para ele uma questão relativa à identidade de gênero, a mãe havia dito ao técnico que ele fazia experimentações, como colocar saia, bolsa etc. O interessante do acompanhamento a essa família é que a mãe traz para o técnico sua preocupação com uma pretensa passividade sexual do menino, que remetia à sua história de submissão e vulnerabilidade na sua relação com o ex-marido. O técnico relatou que

e a mãe preocupada porque a mãe entendia que ... a mãe já tinha entendido que de gay ele era passivo e ser passivo era ruim porque ela remetia a condição da mulher. Ela se remetia ao marido, enfim, pela história de casamento dela. Então, pra ela, ser gay, ser afeminado, tudo bem, mas a condição da passividade ... porque aí ela associava automaticamente o passivo com uma condição de submissão. E ela ficava muito preocupada com o filho que era capaz de cair nas garras de um homem tão ruim quanto foi o marido dela.

Esse último caso revela o fato de que, se muitos adolescentes chegaram aos Centros afirmando uma identidade sexual e de gênero, alguns outros ainda viviam um processo de indefinição, no qual os adultos de suas relações desempenham papel relevante, muitas vezes, “forçando” uma definição. Outra reflexão interessante trazida pelos casos diz respeito às performances de gênero. Ser “muito afeminado”, ou “meio masculina” é um aspecto que interfere significativamente nas relações estabelecidas por esses jovens nos múltiplos espaços sociais em que se inserem. Esse é um tema recorrente nos trabalhos sobre diversidade sexual e de gênero¹⁶, que aparece fortemente nos casos atendidos nos Centros de Cidadania LGBT.

¹⁶ Ver, entre outros, Lacerda (2006); Aguião (2007); Facchini (2008); Melo (2010); Lopes (2011); França (2012).

Assim, como relatado, se aos jovens que, de alguma forma, confrontam os estereótipos de gênero, só é possível acessar inserções profissionais de baixa remuneração e prestígio social, eles também enfrentam dificuldades de aceitação em outras instituições, como suas próprias famílias. Como no caso do jovem de 17 anos, agredido no centro da cidade e que teve o apoio da mãe e da irmã para denunciar. O técnico relata que, durante todo o atendimento, ele mostrava um certo desconforto em ter acessado o Centro e quando os técnicos se dão conta e começam a conversar sobre o seu incômodo, a irmã e a mãe, muito carinhosas e expressando muito apoio, teriam afirmado que “é porque a gente já falou, ele não pode dar pinta”. Os técnicos me contaram que, naquele momento ficou claro para eles a dupla mensagem. Há um apoio da família, mas condicionado ao “não dar pinta”, ou seja, não ser afeminado, cumprir com as expectativas de gênero hegemônicas. Assim, acaba sendo imputada uma culpa ao agredido pela violência sofrida.

Um aspecto que torna problemático o desenvolvimento de ações junto a famílias são as crenças religiosas. Muitos espaços religiosos têm se mostrado refratários à diversidade sexual e de gênero e sido aliados de pais que buscam “a cura” da homossexualidade ou transexualidade de seus filhos. Um dos gestores dos Centros, em reunião, afirmou que “jovens na Baixada, ao revelar para a família, são levados para a igreja”. Ou ainda, as escolhas religiosas dos pais se tornam um entrave no diálogo com as famílias. Como relatou um técnico, “grande parte desses pais que não aceitam são pessoas muito religiosas, que acham que, sabe? Que essa criança, esse adolescente, ele vai pro inferno. Esse é o maior argumento, como é que você vai argumentar com a ida pro inferno?” O trabalho é constantemente refreado em função de dogmas religiosos que inviabilizam um diálogo baseado na aceitação da livre orientação sexual ou identidade de gênero, porque não se articulam ao discurso focado nos direitos desses jovens viverem sua sexualidade, base da intervenção dos Centros.

Segundo Natividade (2006), apesar de algumas pesquisas apontarem para transformações no panorama religioso brasileiro em relação a temáticas pertinentes à esfera da sexualidade, no contexto evangélico parece haver pouca permeabilidade a questões como a homossexualidade. Segundo o autor, “a despeito de uma ênfase no discurso de *acolhida*, permanece a ideia de que tais práticas são *pecaminosas*” (2006, pág. 116), o que dá base para discursos que postulam uma pretensa “cura” da homossexualidade. Aspecto que, ao que parece, tende a se fortalecer, pois, como discute Machado (2005), os recenseamentos demográficos realizados no país revelam o extraordinário crescimento dos evangélicos. A

autora ressalta que a curva ascendente dessa filiação religiosa está diretamente relacionada com a difusão e a diversificação do pentecostalismo, cuja doutrina se baseia em fortes constrangimentos à sexualidade.

Nesse sentido, os técnicos dos CC, além de enfrentarem as resistências de pais religiosos em relação a seus filhos, em muitos momentos, como relatado, considerando-os “endemoniados” ou “em pecado”, em outras situações, se viram acionados por familiares que procuravam a ajuda especializada ali existente, para “curar” esses jovens. De todo jeito, o lugar da família e os valores religiosos parecem estar fortemente relacionados com a possibilidade (ou não) de afirmação dos direitos dos adolescentes ao exercício da sexualidade e trânsitos de gênero.

A grande parte dos adolescentes que acessaram os Centros o fez por estar vivendo problemas familiares, seja com pais ou mães, mas também com outros familiares e ainda a rede de vizinhança. Em relação às instituições públicas, a escola é o lócus de maior incidência de problemas, que vão desde as discriminações cotidianas vindas de colegas, com a silenciosa convivência de professores e gestores, ou ainda com ações discriminatórias mais diretas desses profissionais. Ouvi muitos casos de situações vividas em escolas. E ainda histórias de problemas enfrentados em abrigos para adolescentes e as dificuldades enfrentadas no diálogo com os Conselhos Tutelares. Em relação às unidades de saúde, elas apareceram quando os técnicos falaram no grande número de adolescentes trans que acessaram os Centros e não havia qualquer possibilidade de encaminhamento para um acompanhamento em uma unidade de saúde. Desse modo, esses adolescentes não contam com apoio profissional para realizar essa travessia entre os gêneros, especialmente evitando a automedicação. Apesar das múltiplas realidades relatadas pelos técnicos dos CC, há um certo entendimento comum de que a adolescência LGBT ainda é, hegemonicamente, uma impossibilidade nas instituições. Acredito ser importante trazer a discussão da presença de forte homofobia nas ações do Estado, como afirmou um técnico dos CC,

onde mais acaba ocorrendo homofobia é dentro de espaços e instituições de serviços que são públicos. Então de escola, posto de saúde, da UPA, do abrigo, o institucional, de maneiras diferentes. Isso, muitas das vezes, não é compreendido, é compreendido o ato discriminatório individual, seja de um servidor, de um funcionário de um lugar X. Mas não é entendido exatamente como homofobia institucional. Isso inviabiliza aos usuários da gente um acesso a qualquer serviço mais básico.

Além da dificuldade das instituições de incorporarem o respeito à diversidade sexual e de gênero na adolescência, como relatado, dois outros pontos apareceram fortemente na experiência relatada dos Centros de Cidadania LGBT, no que tange aos casos de adolescentes.

De um lado, as dificuldades oriundas do fato das famílias não aceitarem esses jovens e, de outro, a forte presença de dogmas religiosos, seja entre familiares ou profissionais. Isso trazia, em muitos momentos, sentimentos de impotência aos profissionais dos Centros, já que, frente ao poder da instituição familiar e das instituições religiosas, especialmente no trato das questões juvenis, qualquer intervenção parecia bastante limitada. Esses temas e seus impasses acompanharam todo o percurso do trabalho.

A discussão da diversidade sexual e de gênero na adolescência se articula à reflexão do aspecto legal, relacionada ao estatuto de sujeito dos adolescentes, que em alguns momentos apareceu na conversa com os técnicos, através do acionamento da categoria “menor”. Mesmo que esse uso estivesse mais ligado ao acionamento apenas de uma terminologia, trazia como pano de fundo a discussão do ser “incapaz”. Os técnicos dos CC traziam a reflexão de que os dispositivos legais que regulam a proteção aos adolescentes não garantem na prática os direitos desses jovens. Ao conversarmos sobre o que representa a lei, no caso o Estatuto da Criança e do Adolescente, um técnico afirmou que

se eu for utilizar um dispositivo de proteção do ECA nenhum deles faz sentido ou nenhum deles são respondidos ou nenhum deles se efetivam na realidade quando eu tô falando do adolescente LGBT, seja porque a família não aceita, seja porque a escola não aceita, o mercado de trabalho não aceita, e quando a gente vai colocar as questões de identidade de gênero fica ainda pior. E aí eu fico pensando o que é que a gente pode fazer em relação a isso. Que leis que a gente pode acessar? Qual será a nossa rede de serviço? É uma rede completamente sucateada, esfacelada. Eu não sei. Eu não sei que atores que a gente pode trazer, convocar pra ajudar...

Essa percepção dos limites da proteção legal também aparece quando os técnicos se remetem a casos atendidos de “meninas travestis e trans que circulam numa certa prostituição, vindas do interior do nordeste ou de outros estados”. Eles afirmam que nesses casos, especialmente, não dá para acessar qualquer dispositivo dito de “proteção”, visto que “se vai começar a acessar documento, começa a descobrir que é uma adolescente em situação de prostituição. E aí vai conflitar diretamente o que ela quer com o que o sistema de proteção vai oferecer”. Pelucio (2011) reafirma essa perspectiva ao discutir trajetórias travestis. A autora afirma ser

difícil para as funcionárias dos abrigos para adolescentes em situação de “risco” entenderem a recusa de Daniele por “proteção”. A lógica que as orienta é calcada em modelos caducos erguidos sob toda uma arquitetura de gênero dicotômica, vigilante, na qual Daniele não se encaixa, escapa. Como uma travesti poderia se sentir protegida abrigada entre meninos? A resposta violenta, mas que se pretendia caridosa, veio taxativa: seja você um menino. Essa foi a única solução que aquela jovem ameaçada em casa e na rua encontrou nas instituições. Voltou para a rua. (pág.22)

O contato com os técnicos dos CC me fez refletir sobre a “mística” de que, até dezoito anos, os adolescentes estão protegidos por uma lei, visto que, a partir dos seus relatos, constatei o quanto para alguns, isso pode ser exatamente o contrário. Para alguns adolescentes que eles atenderam, é a chegada dos dezoito anos que permite ser quem se quer ser. Os técnicos relataram o caso de um jovem de 16 anos que acessou o CC. Segundo o relato, “ele era um adolescente gay, que era visível pra família, inclusive ele apanhava do irmão com a anuência da mãe”. Os técnicos relatam então que

ele se identificava com muita clareza de que ele era trans. Ele apenas por isso que ... foi uma das pessoas mais amadurecidas dos muito jovens que eu já tive algum contato. Ele apenas conseguia fazer uma conta, que eu acho pra algumas pessoas não é razoável, de que naquele momento na vida dele ele não podia se assumir como trans. Porque se ele não podia se assumir como gay, que dirá como trans. Mas ele tinha muita clareza de que ele era trans, que ele queria se tornar uma mulher, que em um outro momento ele ia ser outra coisa. Ele apenas entendia que **agora** não era possível.

Nesse caso, “agora” não era possível assumir uma identidade e vivência trans, que segundo relataram, seria “assumida” por essa jovem após os 18 anos. Ouvi muitos relatos dos técnicos dos CC, relativos à opinião de familiares e outros profissionais, de que “só depois dos 18 anos”. Apesar de um certo entendimento comum nos CCLGBT que a adolescência LGBT ainda é, hegemonicamente, uma impossibilidade nas instituições, a diversidade sexual e de gênero é uma realidade na vida de um sem número de adolescentes. E eles vêm confrontando uma série de valores morais e convenções no cotidiano de suas vidas e fazendo negociações várias com as instituições com que se relacionam, para garantir uma existência possível, mesmo que tal existência seja considerada “imprópria para menores”.

Referências

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.** [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: PPGCS/IFCH/UNICAMP, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 28, p. 65-100, 2007.

CORRÊA, Sonia; SÍVORI, Horacio Federico; ZILLI, Bruno. Internet Regulation and Sexual Politics in Brazil. **Development**. v.55(2), pág. 213–218, 2012.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2011.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: Mulheres, (homos)sexualidades e diferença na cidade de São Paulo**. [Tese de doutorado em Ciências Sociais] Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2012.

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea**. Interseções, UERJ, RJ, ano 4, n.1, jan./jun. 2002.

FRY, Peter. **Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas - um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou Estar Homossexual: dilemas de construção da identidade social. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par. Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEITE, Vanessa. **Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LOPES, Paulo Victor Leite. **Sexualidade e construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimento**. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2011.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MELO, Ana Paula Lopes de. **"Mulher Mulher" e "Outras Mulheres": gênero e homossexualidade(s) no Programa de Saúde da Família**. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/ IMS/ UERJ, 2010.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e África do Sul**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril, 2006.

MOUTINHO, Laura e CARRARA, Sérgio. Dossiê: Raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais. Apresentação. **Cadernos Pagu** (35), julho-dezembro, 2010.

PAZO, Concepcion Gandara. **Vicissitudes do amor: relações de gênero e violência conjugal em tempos de Lei Maria da Penha**. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/ IMS/ UERJ, 2013.

PELUCIO, Larissa. Apresentação. In: DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2011.

SOARES, Bárbara Musumeci. Violência contra a mulher: questão de gênero, número e grau. In: SOARES, Luiz Eduardo. (Org.). **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

SOARES, Barbara Musumeci. ‘Conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. V, p. 191-210, 2012.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). **Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; CASTRO, João P. M. “Políticas Públicas” In: SANSONE, Livio & PINHO, Osmundo, (Eds). **Raça: Novas Perspectivas Antropológicas**. Brasília;Salvador: ABA; EDUFBA, 2008.